

BOLETIM

DE ATIVIDADES DA OUVIDORIA-GERAL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO



MARÇO

ACESSO À JUSTIÇA NA PERSPECTIVA DE GÊNERO

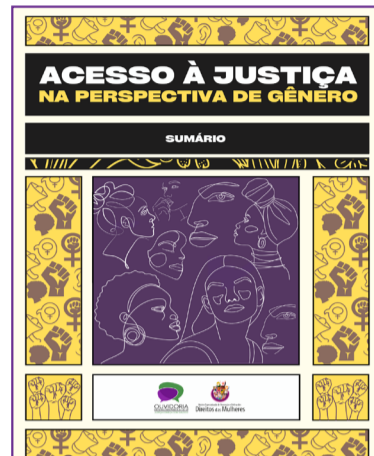
1

Carta e Sumário

A Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública de São Paulo e o Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres (NUDEM) lançaram, no dia 30 de março, a Carta de Princípios sobre Acesso à Justiça na Perspectiva de Gênero.

A Carta de Princípios estabelece que todas as políticas públicas do sistema de justiça devem guiar-se, necessariamente, pela perspectiva de gênero. São 39 princípios que consideram as distintas condições de vulnerabilidade vivenciadas pelas mulheres que compõem a população e propõe caminhos de garantia do pleno acesso à justiça dessas mulheres.

Para divulgar o projeto, Camila Marques (Ouvidora-Geral da Defensoria Pública do Estado de São Paulo) e Nálida Coelho (Coordenadora Auxiliar do Núcleo de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres) fizeram vídeos explicando a importância da publicação e dos princípios escritos.



[CLIQUE AQUI E CONFIRA A CARTA DE PRINCÍPIOS](#)

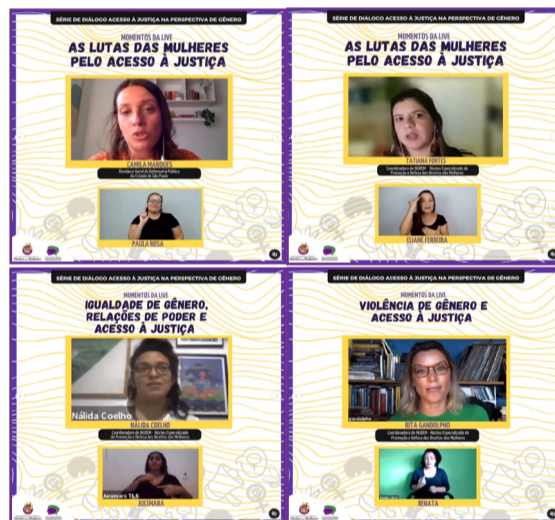
[CLIQUE AQUI E CONFIRA O SUMÁRIO](#)

2

Série de Lives

No mês marcado pelo Dia Internacional da Mulher (8 de março), a Ouvidoria-Geral e o Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres (NUDEM) da Defensoria Pública do Estado de São Paulo chamam a atenção para a urgência e importância de pensar as políticas de acesso à justiça a partir dos desafios e necessidades das mulheres, que são a maioria do público atendido e também maioria entre Servidores/as e Defensores/as.

Ao longo de todo o mês do #8M deste ano, apresentamos uma coletânea de vídeos a partir das contribuições dadas por diversas mulheres que são referências em seus campos de atuação. As falas apresentadas compuseram a série de diálogos "Acesso à Justiça na Perspectiva de Gênero". Os vídeos relatam vivências dentro e fora da Defensoria Pública e destrinçam os desafios de ser mulher num país atravessado pelo preconceito e desigualdade de gênero e raça. A série embasou a elaboração da Carta de Princípios sobre Acesso à Justiça na Perspectiva de Gênero, também lançada neste mês.



Ao todo foram realizadas 8 postagens contendo trechos das falas das participantes da série de lives. As participantes foram: Camila Marques (Ouvidora-Geral da Defensoria Pública do Estado de São Paulo), Tatiana Campos Bias Fortes (Coordenadora do Núcleo de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres), Nálida Coelho Monte (Coordenadora Auxiliar do Núcleo de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres), Rita de Cássia Gandolpho (Coordenadora Auxiliar do Núcleo de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres), Taissa Pinheiro (Coordenadora do NHABURB - Núcleo de Habitação e Urbanismo), Fabiana Soler (Representante da AFAPE - Presidente da AFAPE - Associação de Familiares e Amigos de Presos), Elenita Sabadini (Presidente da AFAPE - Associação de Familiares e Amigos de Presos), Maria Cristina Quirino (Movimento de Familiares das Vítimas do Massacre de Paraisópolis), Antonia Nascimento (Conselheira Consultiva da Ouvidoria e coordenadora do FLM - Frente de Luta Por Moradia), Katia Souza (Conselheira Consultiva da Ouvidoria, professora e defensora de direitos humanos), Rosana Pierucetti (Conselheira Consultiva da Ouvidoria e Coordenadora da ONG RECOMEÇAR), Sirlene Assis (Presidente do Conselho Nacional de Ouvidorias de Defensorias Públicas e Ouvidora-Geral da Defensoria da Bahia), Camila Tourinho (Coordenadora auxiliar do NESC - Núcleo Especializado de Situação Carcerária), Fernanda Balera (Coordenadora do NCDH - Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos), Letícia Françaço (Presidente do Conselho Estadual Para Assuntos da Pessoa com Deficiência de São Paulo), Renata Tibyriça (coordenadora do NEDIPED - Núcleo de Especializado dos Direitos da Pessoa Idosa e da Pessoa com Deficiência), Monica de Melo (Defensora Pública da DPESP e Professora da PUC-SP), Mariana Tonolli Chiavone Delchiaro (Corregedora auxiliar da DPESP), Érica Leoni Ebeling (Conselheira do Conselho Superior da DPESP), Cristina Oliveira (Associação de Servidores e Servidoras da DPESP), Mara Ferreira (Segunda Subdefensora Pública-Geral da DPESP), Elida Lauris (Consultora Independente de Direitos Humanos), Jordana Rolim (Diretora da APADEP), Magali Mendes (Promotoras Legais Populares "Cida da Terra" de Campinas e Região), Paula Machado (Defensora Pública da DPESP), Anabella Andrade (Ativista dos direitos humanos e mentora do Coletivo "O Direito Achado na Rua"), Karollyne Nascimento (Ouvidora da Defensoria Pública do Paraná), Anna Carolina Lanas (Agente do Centro de Atendimento Multidisciplinar do NUDEM), Daniela Barbom Sorpilli (Agente do Centro de Atendimento Multidisciplinar do NUDEM), Vanessa Vieira (Coordenadora do NUDDIR - Núcleo de Diversidade e Igualdade Racial), Ligia Mafei Guidi (Coordenadora do NEIJ - Núcleo da Infância e Juventude) e Yasmin Oliveira Mercadante Pestana (Defensora Pública assistente da EDEPE).

REUNIÕES E EVENTOS

3

Papel da Defensoria na defesa de vítimas e de pessoas ameaçadas é pauta no Conselho Consultivo e Assessoria Criminal

A Ouvidora Camila Marques esteve reunida, no dia 9 de março, com a conselheira consultiva Lucila Pisani e com o defensor assessor criminal da Defensoria, Glauco Mazetto, para dialogar sobre estratégias para que a Defensoria possa atuar em prol de vítimas e de testemunhas ameaçadas.



[CLIQUE AQUI E CONFIRA](#)

4

Ouvidora-Geral, Camila Marques, dialoga com a Defensora Pública Fabiana Zapata sobre Direitos Humanos e Segurança Pública

No dia 20 de março, a Ouvidora-Geral, Camila Marques, se reuniu com a defensora pública Fabiana Botelho Zapata, que atua na Assessoria de Direitos Humanos da Secretaria de Segurança Pública do Estado, para o alinhamento de projetos e ações em comum.



[CLIQUE AQUI E CONFIRA](#)

5

Fortalecimento da atuação em tutela coletiva é pauta no Conselho Consultivo

O Conselho Consultivo da Ouvidoria se reuniu no, dia 7 de março, e recebeu o defensor público Julio Tanone, integrante do Conselho Superior da Defensoria, para dialogar sobre proposta de interiorização e fortalecimento da atuação em tutela coletiva.

O Conselho Consultivo reconheceu o avanço que as medidas propostas significariam para a defesa dos direitos humanos e dos direitos da população em situação de vulnerabilidade em todo o estado.



[CLIQUE AQUI E CONFIRA](#)

6

MST e Ouvidoria se reúnem e discutem Luta pela Terra e Moradia

No dia 23 de março, a Ouvidoria-Geral da Defensoria de São Paulo recebeu os defensores de direitos humanos Gerson Oliveira e David Zamory, da Coordenação do MST de São Paulo, para dialogar sobre mobilização social na luta pela terra, moradia e reforma agrária e refletir sobre as potencialidades da articulação entre movimentos sociais e Defensoria Pública.

Durante o encontro, foi pensada a realização de uma formação interna para troca de experiências e qualificação da atuação da instituição.



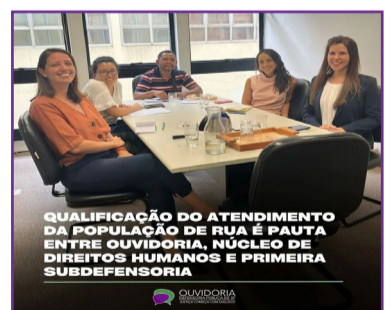
[CLIQUE AQUI E CONFIRA](#)

7

Ouvidoria-Geral, Núcleo de Direitos Humanos e Primeira Subdefensoria dialogam sobre a qualificação do Atendimento da População de Rua

A Ouvidoria-Geral recebeu, no dia 27 de março, o conselheiro consultivo Anderson Miranda, do Movimento Nacional de Luta em Defesa da População em Situação de Rua, para, juntos, dialogar com as defensoras Fernanda Balera, Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos, e Renata Gonçalves, da Primeira Subdefensoria, sobre o atual cenário da população em situação de rua.

A partir desse diálogo, a Ouvidoria planejou a realização de uma edição do Ouvidoria Itinerante para tratar especificamente dos desafios para qualificar o atendimento pop rua.



[CLIQUE AQUI E CONFIRA](#)

8

Ouidoria-Geral e Integrantes da Defensoria Pública realizam reunião para divulgar Programa PROVITA/SP

No dia 29 de março a Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública promoveu reunião com Defensores/as, Servidores/as, Estagiários/as e Núcleos Especializados para divulgar os objetivos e os mecanismos de inclusão no Programa Estadual de Proteção a Vítimas e Testemunhas (PROVITA/SP).

Na ocasião, o defensor público e Assessor Criminal e Infracional da DPESP, Glauco Mazzeto Moreira, que representa a Defensoria Pública do Estado de São Paulo no Conselho do Programa e Lucila Pizzani, conselheira consultiva da Ouvidoria-Geral e do Cdhep, apresentaram o programa, os requisitos para entrada, entre outros pontos.

O PROVITA/SP é regulado pela Lei nº 9.807/1999 e tem a missão de proteger vítimas e/ou testemunhas que estejam sofrendo ameaças sérias, graves e iminentes.



[CLIQUE AQUI E CONFIRA](#)

9

Visitas do Ouvidoria Itinerante

Nesse mês de março o projeto Ouvidoria Itinerante realizou 2 visitas, sendo elas: Unidade Bauru e Unidade Piracicaba.

Em ambas as visitas, a equipe da Ouvidoria organizou rodas de conversa com os/as integrantes, sociedade civil e com movimentos sociais da região de cada Unidade. Além disso, a Ouvidoria também conversou com os/as usuários/as para colher suas impressões sobre o atendimento e estrutura da instituição.

O projeto Ouvidoria Itinerante é desenvolvido em parceria com as Subdefensorias, Assessoria de Qualidade e Unidades da Defensoria e busca desenhar diagnósticos locais, criar conexões com as diferentes regiões do estado, bem como elaborar recomendações que visem ao aprimoramento do serviço, a Ouvidoria realiza visitas in loco que são divididas em três momentos: (i) diálogos com os/as usuários/as, (ii) interlocuções com o corpo funcional e (iii) roda de conversa com a sociedade civil organizada.

Com o objetivo de contribuir para o planejamento institucional, cada visita gerará um relatório com a síntese do diagnóstico realizado e das propostas da Ouvidoria-Geral.



[CLIQUE AQUI E CONFIRA O RELATÓRIO PARCIAL DO PROJETO OUVIDORIA ITINERANTE](#)

PRÊMIO JUSTIÇA PARA TODAS E TODOS

10

Divulgação do Prêmio Justiça para Todas e Todos - Josephina Bacariça

O Prêmio Justiça para Todas e Todos - Josephina Bacariça é uma importante ferramenta de reconhecimento para as práticas de relevância social desenvolvidas por Defensores/as Públicos/as, Servidores/as e/ou Órgãos ou Unidades da Defensoria Pública de São Paulo. Criado pela Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, em parceria com a Defensoria Geral, APADEP, ASDPESP e EDEPE, o prêmio é entregue desde a sua criação em 2008.

As inscrições para o Prêmio Justiça para Todas e Todos foram abertas no dia 15 de fevereiro e ficaram disponíveis até o dia 15 de março, mas para atender a crescente demanda de envios de inscrições nas últimas horas do dia 15, o prazo foi prorrogado em uma semana, perdurando até dia 22 de março.

Nessa edição o prêmio foi planejado com maior centralidade às práticas. O que pode ser observado logo na primeira etapa, a inscrição, que contou com um bloco onde poderia ser anexado um vídeo de até 5 minutos com explicações sobre a prática e seus pontos mais relevantes. Além disso, antecedendo a cerimônia de entrega dos prêmios, haverá um seminário onde as práticas premiadas serão apresentadas e debatidas.



[CLIQUE AQUI E CONFIRA](#)

DATAS COMEMORATIVAS

11

Dia Internacional da Mulher

Dia 8 de março é comemorado o Dia Internacional da Mulher. A data relembra a importância da luta na garantia dos direitos das mulheres e o combate das desigualdades estruturais de raça e gênero enraizadas.

Tendo isso em mente, a Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública do Estado de São Paulo vem planejando e desenvolvendo diversos projetos e ações, entre eles está a coleta de dados com marcadores de gênero e raça, análises e publicações dos principais desafios para as mulheres, diálogos com o movimento de mulheres e usuárias da defensoria para identificar desafios e propostas de qualificação do atendimento, discussões no Conselho Consultivo sobre a importância das políticas afirmativas e de valorização da maternidade e primeira infância e desenho de protocolos para escutas qualificadas.



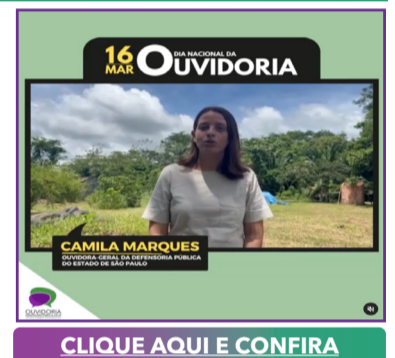
Além dos citados acima, vale relembrar o nosso projeto mais recente, a série "Acesso à Justiça na perspectiva de Gênero". Um conjunto de lives que abordou os desafios e as demandas das mulheres na Defensoria Pública.

12

Dia Nacional das Ouvidorias

Foi comemorado no dia 16 de março o Dia Nacional da Ouvidora e do Ouvidor.

Neste dia, a Ouvidora-Geral da Defensoria Pública de São Paulo, Camila Marques, gravou um vídeo refletindo sobre a importância das Ouvidorias no fortalecimento do direito ao acesso à justiça.



PRÊMIO JUSTIÇA PARA TODAS E TODOS

1

Divulgação dos ganhadores/as do Prêmio Justiça para Todas e Todos

A Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública do Estado de São Paulo divulgou, no dia 11 de abril, os ganhadores do Prêmio Justiça para Todas e Todos. Confira:

Os vencedores da categoria Defensor/a foram Fabio Henrique Esposto e Raphael Camarão Trevizan. Fabio Henrique Esposto receberá o prêmio pela prática "A luta da Defensoria Pública pelo direito de acesso à água e saneamento básico da população da Barretos/SP". E Raphael Camarão Trevizan pela prática "O uso de ferramentas tecnológicas e a repetição massiva de pedidos em sede de execução criminal como estratégias para a concretização dos direitos das pessoas privadas de liberdade".



[CLIQUE AQUI E CONFIRA](#)

Na categoria Servidor/a, os vencedores foram o Coletivo Antirracista de Trabalhadores e Trabalhadoras da Defensoria Pública do Estado de São Paulo e a assistente social Andresa Alves de Carvalho Poppe. O Coletivo Antirracista receberá o prêmio pela prática "A importância do letramento racial para a atuação antirracista na Defensoria Pública do Estado de São Paulo". E Andresa Alves de Carvalho Poppe pela prática "Atuação do Serviço Social da Defensoria Pública em favor da isenção de taxas para retificação administrativa de prenome e gênero de pessoas trans hipossuficientes".



[CLIQUE AQUI E CONFIRA](#)

Na categoria de Órgãos da Defensoria, os vencedores foram Unidade São Sebastião, Regional São José dos Campos, Terceira Subdefensoria Pública-Geral, Núcleos Especializados de Defesa da Diversidade e da Igualdade Racial, de Habitação e Urbanismo, da Infância e Juventude, de Cidadania e Direitos Humanos, e a Primeira Subdefensoria Pública-Geral pela prática "Mutirão de atendimento jurídico e multidisciplinar à população atingida pelas chuvas em São Sebastião". O Núcleo Especializado em Cidadania e Direitos Humanos, Núcleo Especializado de Defesa do Consumidor e Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo pela prática "Garantindo o direito ao voto nas eleições gerais 2022: a gratuidade do transporte públicos".



[CLIQUE AQUI E CONFIRA](#)

O Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres pelas práticas "i) Garantia da participação da vítima como assistente de acusação em processo que tramitou no Tribunal Militar, independente da manifestação do Ministério Público; ii) Atuação para proibição de exigência de exames médicos invasivos para mulheres em concursos públicos no Estado de São Paulo".

2

Escolha do local do Prêmio

A cerimônia de premiação e o seminário da edição desse ano do Prêmio Justiça para Todas e Todos - Josephina Bacariça vão acontecer no Teatro de Contêiner Mungunzá. Conheça mais sobre o espaço!

Criado em 2016 pela Cia Mungunzá de Teatro, o Teatro de Contêiner nasceu em terreno público em desuso, na região da Luz.

Além dos palcos abrigarem shows e apresentações teatrais, o Teatro de Contêiner possui outras salas e espaços que estão abertos para uso de coletivos e grupos da região. Em seu site, cita que abriga reuniões de grupos em esferas "artísticas, ativistas e terapêuticos, relacionados à assistência social, à saúde e aos movimentos de moradia".



[CLIQUE AQUI E CONFIRA](#)

Fora isso, o teatro possui um espaço de convivência contando com mobiliários, jardim-horta hidrônico, quadra de futebol e parquinho usados por crianças de ocupações de moradia vizinhas.

Por que contêineres?

O espaço recebeu contêineres como estrutura por sua facilidade de manejo e custo. Ao todo são 10 contêineres formando uma estrutura de cerca de 100m², possuindo a capacidade de uma plateia de cerca de 99 pessoas.

Saiba mais!

Os eventos acontecerão no dia 25 de maio de modo presencial, mas contará com transmissão ao vivo. Será um dia dedicado à apresentação e debate sobre as práticas premiadas com a realização do seminário a partir das 14h e da cerimônia de entrega dos prêmios a partir das 18h30.

OUVIDORIA ITINERANTE

3

Relembre a Estrada Até Aqui

Durante seus 8 meses de atividade, o projeto já realizou 13 visitas e dialogou com mais de 280 lideranças de movimentos sociais e da sociedade civil. Como resultado, foram formuladas mais de 70 recomendações para o aprimoramento dos serviços prestados pela Defensoria Pública.

Nesses últimos 8 meses, o Ouvidoria Itinerante visitou as Unidades Guarujá, Mauá, Registro, Vila Mimosa, Ribeirão Preto, Barretos, Franca, Taubaté, Jaú, Tupã, São José dos Campos, Bauru, Piracicaba.

Além disso, foram anunciadas as próximas duas visitas do projeto. Sendo elas o Ouvidoria Itinerante Pop Rua (Capital de SP) e Ouvidoria Itinerante Unidade Mogi das Cruzes.



[CLIQUE AQUI E CONFIRA O RELATÓRIO PARCIAL DO PROJETO OUVIDORIA ITINERANTE](#)

[CLIQUE AQUI E CONFIRA A POSTAGEM](#)

REUNIÕES E EVENTOS

4

Ouvidoria, MST, Advogados Populares e Núcleo de Habitação e Urbanismo discutem atuação estratégica na luta pela terra e por moradia de Gênero

No dia 4 de abril, a Ouvidoria-Geral se reuniu com integrantes da coordenação do MST de São Paulo, advogados populares, defensores públicos e o Núcleo de Habitação e Urbanismo para dialogar sobre a atuação estratégica da Defensoria Pública na luta pela terra e por moradia. Com vistas a fortalecer a articulação da instituição com os movimentos de luta pela terra, o grupo encaminhou a realização de uma formação voltada aos integrantes da Defensoria.



[CLIQUE AQUI E CONFIRA](#)

5

Ouvidoria-Geral participa do evento "Diálogos para a Efetivação de Direitos Humanos no Cárcere"

No dia 14 de abril a Defensoria Pública, em parceria com a Escola da Defensoria Pública, Ouvidoria-Geral, o Núcleo de Situação Carcerária e a APAFE, realizaram o evento "Diálogos para a Efetivação de Direitos Humanos no Cárcere", realizado no Auditório do Edifício Cidade. O evento teve como principal palestrante o juiz de execução criminal do Tribunal de Justiça do Paraná, João Marcos Buch, e contou com a participação do membro do Conselho Consultivo da Ouvidoria, Glauter Del Nero, e do ex-ouvidor, William Fernandes.



[CLIQUE AQUI E CONFIRA](#)

6

Atuação em Segunda Instância e Prêmio Justiça para Todas e Todos é pauta da Reunião Mensal do Conselho Consultivo

O Conselho Consultivo da Ouvidoria se reuniu para sua reunião mensal ordinária do mês de abril. Na ocasião, o Conselho recebeu o Núcleo Especializado de Segunda Instância e Tribunais Superiores para dialogar sobre o projeto piloto desenvolvido na 4ª Câmara Criminal e também deliberou sobre os premiados para o Prêmio Justiça para Todas e Todos - Josephina Bacariça 2023.



[CLIQUE AQUI E CONFIRA](#)

7

AMPARAR e Ouvidoria-Geral discutem sobre o direito das pessoas privadas de liberdade

A Ouvidoria-Geral esteve na sede da AMPARAR (Associação de Amigos/as e familiares de presos/as) no dia 04 de abril para dialogar sobre os desafios para o acesso à justiça das pessoas privadas de liberdade e de seus/suas familiares.



[CLIQUE AQUI E CONFIRA](#)

8

Movimento Mães de Maio e Ouvidoria-Geral discutem o acolhimento e atendimento de vítimas de violência do estado em pauta

A Ouvidoria-Geral se reuniu no dia 28 de abril com o Movimento Mães de Maio e a organização Conectas Direitos Humanos para dialogar sobre a importância da Defensoria Pública instituir uma política de atendimento direto a vítimas diretas e indiretas de violência de estado.

Na ocasião, Dona Débora, das Mães de Maio, expôs a importância de atendimento especializado que garanta fluxos próprios, atendimento multidisciplinar e apoio jurídico sensível às mães das vítimas frente aos efeitos devastadores que as familiares sofrem no contexto da violência estatal.



[CLIQUE AQUI E CONFIRA](#)

9

Ouvidoria-Geral da DPESP e NUDEM dialogam com a Primeira Subdefensoria Pública Geral e Ouvidoria-Geral da DPEPI dialogam sobre o Acesso à Justiça na Perspectiva de Gênero

No dia 26 de abril, a Ouvidoria-Geral e o Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres da Defensoria de São Paulo dialogaram com a Primeira Subdefensoria Pública Geral e Ouvidoria da defensoria do estado do Piauí sobre a recém-lançada carta de princípios na perspectiva de gênero.

Na ocasião, Camila Marques, Ouvidora-Geral, Tatiana Bias Fortes e Návida Coelho, coordenadoras do NUDEM, apresentaram a carta e o seu processo de elaboração para a Primeira Subdefensoria Pública Geral do PI, Verônica Acioly, e Djan Moreira, Ouvidor-Geral.



[CLIQUE AQUI E CONFIRA](#)

Na conversa, a Defensoria do Piauí destacou a importância de se aprofundar o acesso à justiça pela perspectiva de gênero e ao final, encaminhamentos conjuntos foram alinhados para o avanço na temática.

10

Ouvidoria-Geral e Defensoria Pública participam da formatura das promotoras legais populares em Jaú

No dia 29 de abril, a Ouvidora-Geral da Defensoria Pública, Camila Marques, participou da cerimônia de formatura da 6ª turma das Promotoras Legais Populares Abayomi de Jaú.

O curso, realizado nas Faculdades Integradas de Jaú, é coordenado por Lilian Pires e Katia Valerya dos Santos, conselheira consultiva da Ouvidoria, contando com o apoio da EDEPE e da Defensoria Pública, entre outras instituições.

Na ocasião, Camila Marques, Ouvidora-Geral, e Tatiana Mendes, defensora pública que atua em Jaú, ao lado de outras mulheres, foram homenageadas em razão de suas lutas e busca incessante por uma sociedade mais digna e de igualdade de oportunidades para as mulheres.



[CLIQUE AQUI E CONFIRA](#)

JORNADA DE MORADIA DIGNA

11

Atendimento jurídico e discussões sobre Cidades Antirracistas são pautas da 7ª Jornada de Moradia que aconteceu no Vale do Paraíba

O final de semana do dia 29 e 30 de abril foi marcado pelo início as atividades preparatórias da 7ª jornada de moradia que discute a importância da luta pelo direito à cidade e direito à moradia a partir da luta antirracista.

No sábado (29) e domingo (30), a van da Defensoria Pública esteve na comunidade do Banhado em São José dos Campos e na Comunidade Coração Valente em Jacareí possibilitando o atendimento jurídico à população que reside nos locais.

Na parte da tarde, foram realizadas atividades para discutir com a população as formas que o racismo opera nas cidades, nas relações de trabalho e no direito à moradia.

Vale lembrar que a cada dois anos as Jornadas de Moradia são construídas coletivamente pelos movimentos de moradia, Ouvidoria-Geral, Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo - (NHABURB) e Núcleo Especializado de Defesa da Diversidade e da Igualdade Racial (NUDDIR)



[CLIQUE AQUI E CONFIRA](#)

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

12

Ações afirmativas para a população indígena é pauta de reunião entre Ouvidoria-Geral da DPESP e Conselho Nacional de Ouvidorias

No dia 03 de abril aconteceu reunião aberta sobre ações afirmativas para a população indígena. A audiência foi uma iniciativa do Conselho Nacional de Ouvidorias das Defensorias Públicas para aprofundar o debate sobre o tema. A abertura da reunião contou com a participação da Ouvidora da Defensoria de São Paulo, Camila Marques, da Ouvidora da Defensoria Pública do Acre, Soleane Manchineri, do Ouvidor da Defensoria do Rio de Janeiro e presidente do Conselho Nacional de Ouvidorias das Defensorias Públicas, Guilherme Pimentel, do Norma Miranda Barbosa, Ouvidora da Defensoria do Para, Guilherme Pimentel, do Defensor Público-Geral da DPESP e presidente do CONDEGE, Florisvaldo Fiorentino, e do defensor público da DPESP e membro do Conselho Superior da DPESP, Leonardo Nascimento de Paula.



[CLIQUE AQUI E CONFIRA](#)

Durante a reunião foram feitas importantes considerações e contribuições de representantes de diversos povos indígenas do Brasil. As contribuições serão apresentadas pela Ouvidoria-Geral no processo 2023/000118 em discussão junto ao Conselho Superior da DPESP.

PRÊMIO JUSTIÇA PARA TODAS E TODOS

1

Confira como foi o evento

No dia 25 de maio aconteceu a cerimônia de premiação do Prêmio Justiça para Todas e Todos Josephina Bacariça 2023!

O evento foi realizado no Teatro de Contêiner Mungunzá, localizado no centro de São Paulo, próximo à estação da Luz, e contou com a presença de mais de 60 defensores e defensores, servidores e servidoras e representantes da sociedade civil.

O evento foi conduzido pelas conselheiras consultivas Carla Mauch e Katia Souza e contou com a participação de Camila Marques, Ouvidora-Geral da Defensoria Pública de São Paulo, dos conselheiros consultivos da Ouvidoria-Geral, Anderson Miranda, Glauter Del Nero, Isabella Henriques, Luciano Santoro, Rogerio Sotilli, Rosana Pierucetti e Sonia Couto, de Florisvaldo Fiorentino, Defensor Público Geral, de Cristina Oliveira, Coordenadora Geral da ASDPESP, Rafael Galati, Presidente da APADEP, Peter Schweikert, Diretor da EDEPE, e de Érica Leoni, integrante do Conselho Superior da Defensoria Pública de São Paulo.

O evento foi organizado pela Ouvidoria-Geral em parceria com a Defensoria Pública do Estado de São Paulo, Associação Paulista de Defensoras e Defensores Públicos (APADEP), Associação de Servidores e Servidoras da Defensoria Pública do Estado de São Paulo (ASDPESP) e Escola da Defensoria Pública (EDEPE).



CLIQUE AQUI E CONFIRA



CLIQUE AQUI E CONFIRA



A edição deste ano foi cheia de novidades. Entre elas, antes da cerimônia de premiação, o seminário realizado para apresentar e discutir as práticas premiadas. Na ocasião, os premiados puderam contar a história por trás das ações realizadas e responder às dúvidas e curiosidades dos presentes.

A primeira mesa do seminário foi dedicada às práticas vencedoras na categoria defensores/as e contou com a participação dos premiados Felipe Henrique Esposto e Raphael Camarão, além da mediação da conselheira consultiva Isabella Henriques.

Na categoria servidores/as, a mesa foi composta pelas servidoras Andrea Pires Pacheco, Clarissa Christianne Rodrigues e Iara Aparecida Silva, representando o Coletivo Antirracista de Trabalhadoras e Trabalhadores da Defensoria Pública de São Paulo, e a servidora Andresa Alves de Carvalho Poppe.

Por fim, a mesa sobre a categoria órgãos e unidades contou com a participação das/os defensoras/os Fernanda Balera, Jairo Salvador, Patrícia de Oliveira e Taissa Pinheiro, representando a Unidade São Sebastião, a Regional São José dos Campos, as Primeira e Terceira Subdefensorias Públicas Gerais e os Núcleos Especializados de Defesa da Diversidade e da Igualdade Racial, de Habitação e Urbanismo, da Infância e Juventude, de Cidadania e Direitos;

da defensora pública Rita Gandolpho, representando o NUDEM, e das defensoras Estela Guerrini, Surrailly Youssef e Taissa Pinheiro, representando os Núcleos Especializados de Cidadania e Direitos, de Defesa do Consumidor, de Habitação e Urbanismo.

2

Conheça as práticas premiadas dos Defensores:

Fábio Henrique Esposto

Prática: A luta da Defensoria Pública pelo direito de acesso à água e saneamento básico da população da Barretos/SP.

Direito de Acesso à Água e Saneamento Básico

A prática teve o objetivo de garantir o direito ao acesso à água e saneamento básico à população da cidade de Barretos, São Paulo. Tão logo foi inaugurada a Unidade de Barretos, o defensor iniciou sua atuação no enfrentamento dos aumentos das taxas para fornecimento de água e esgoto.



Ao longo dos últimos 8 anos, o defensor tem se proposto a conhecer a realidade dos bairros mais pobres da cidade e se mantém atento a cobranças indevidas e injustificadas de modo que conseguiu a derrubada das cobranças ilegais dos moradores de 9 conjuntos habitacionais com 1.684 apartamentos populares entregues a população de baixa renda, após abaixo-assinado in loco, e conseguiu a derrubada da taxa de lixo instaurada em 2022.

Cerca de 120mil pessoas foram beneficiadas pela ação que teve os seguintes resultados:

- Derrubada do aumento do preço para fornecimento de água e coleta de esgoto em 4 ocasiões;
- Eliminação de cobranças de valores ilegais referentes a suposto "macromedidor" de 9 conjuntos habitacionais com 1684 apartamentos populares destinados a população carente;
- Cisão da cobrança de valores de água e esgoto da taxa de lixo, e derrubada da taxa do lixo em Barretos;
- Ação ajuizada de março de 2023 para obstar a cobrança para instalação de hidrômetros em qualquer unidade consumidora.

Raphael Camarão Trevizan

Prática: O uso de ferramentas tecnológicas e a repetição massiva de pedidos em sede de execução criminal como estratégias para a concretização dos direitos das pessoas privadas de liberdade

Direito das Pessoas Privadas de Liberdade

A prática teve o objetivo de garantir efetividade à Súmula Vinculante 56 do STF, que informa que “a falta de estabelecimento penal adequado não autoriza a manutenção do condenado em regime prisional mais gravoso”. Entre 2019 e 2022, foram formulados milhares de pedidos de prisão domiciliar em razão da ausência de vaga em regime semiaberto.

Diante do frequente não cumprimento da súmula, o defensor inovou ao utilizar ferramenta tecnológica que permitiu a automação parcial dos processos. A partir da massificação, foi possível identificar uma estratégia jurídica que resultou na identificação de um caso promissor e posterior coletivização da demanda.

Principais Resultados:

- Cerca de 9.300 pessoas privadas de liberdade em regime fechado, que obtiveram progressão ao regime semiaberto;
- Disponibilização de 4,5 mil novas vagas de semiaberto;
- Redução de 80% das pessoas em lista de espera por vaga;
- Redução do tempo de espera por vaga em 75%;
- Diminuição em quatro meses no tempo de cumprimento de pena em regime fechado;
- Determinação do STF para a criação de central de regulação de vagas e para a saída antecipada de presos;
- Redução do período de prisão e da própria população carcerária.



3

Conheça as práticas premiadas dos Servidores/as:

Coletivo Antirracista de Trabalhadores e Trabalhadoras da Defensoria Pública do Estado de São Paulo

Prática: A importância do letramento racial para a atuação antirracista na Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

Enfrentamento ao Racismo Estrutural e Institucional

O ciclo formativo “Letramento Racial” tem a finalidade de ofertar formação continuada em letramento racial para todos/as os/as profissionais da DPESP, por meio de discussões temáticas que visam o enfrentamento do racismo estrutural e institucional.

A proposta inicial baseou-se na importância da continuidade do debate sobre o enfrentamento do racismo institucional, respeitando as especificidades das populações negra e indígena no acesso à assistência jurídica integral.

A proposta foi nomeada de “Letramento Racial” e, em razão da amplitude do debate e suas interfaces com o Sistema de Justiça, foram planejados cursos, encontros, seminários e outras modalidades de educação permanente a serem ofertadas para o público interno da Defensoria.

Os ciclos formativos contaram com o apoio da Escola da Defensoria que identificou o potencial e importância do debate dentro da instituição.

Principais Resultados:

- 489 pessoas beneficiadas;
- Possibilitou a imersão dos/as participantes no debate qualificado sobre racismo com foco no Sistema de Justiça e na atuação da Defensoria Pública do Estado;
- Promoveu a discussão sobre a questão racial e a necessidade de uma atuação institucional marcadamente antirracista;
- Contribuiu para reflexões sobre o cotidiano do trabalho, com foco no atendimento, na contextualização dos territórios e das demandas, bem como na emissão de documentos técnicos a partir da perspectiva antirracista;
- Propiciou o acesso a referenciais teóricos e metodológicos de autores/as negros/as e indígenas.



Andressa Alves de Carvalho Poppe

Prática: Atuação do Serviço Social da Defensoria Pública em favor da isenção de taxas para retificação administrativa de prenome e gênero de pessoas trans hipossuficientes.

Direitos da População Trans e Travesti

A prática constituiu na intervenção junto aos cartórios civis a fim de obter de forma extrajudicial a isenção das taxas para retificação de prenome e gênero de pessoas trans hipossuficientes.

A ação é resultado da articulação da servidora Andressa com os cartórios civis, trabalhando na sensibilização dos oficiais e na construção de alternativas administrativas.

Desde 2020, portanto, a prática tem assegurado a gratuidade no procedimento de isenção das taxas para retificação de prenome e gênero de pessoas trans hipossuficientes. Os esforços empenhados possibilitaram o acesso à justiça de forma ampla, garantindo não só o custo zero de taxas no cartório, como também o frete gratuito no envio dos documentos dessas pessoas via correios.

Principais Resultados:

- 15 pessoas beneficiadas;
- Aplicação do provimento 73/2018 do CNJ que possibilitou a pessoas trans a retificação de prenome e gênero por via administrativa;
- Sensibilização de profissionais atuando em cartórios civis;
- Contribuição com o processo de afirmação de gênero da população trans e travesti.



Unidade São Sebastião; Regional São José dos Campos; Primeira e Terceira Subdefensorias Públicas; Núcleos Especializados: de Defesa da Diversidade e da Igualdade Racial, de Habitação e Urbanismo, da Infância e Juventude, de Cidadania e Direitos Humanos

Prática: Mutirão de atendimento jurídico e multidisciplinar à população atingida pelas chuvas em São Sebastião.

Articulação para Garantia de Direitos

As chuvas intensas ocorridas no início de 2023, agravadas pela falta de infraestrutura adequada, causaram imensos danos à população de São Sebastião.

Além das trágicas mortes, centenas de familiares ficaram desalojadas. Diante desse cenário, diversos órgãos da Defensoria Pública se uniram para promover atendimento à população afetada pelas chuvas.

Dentre as medidas tomadas, estão: o recebimento de doações nas Unidades da Defensoria Pública, instalação de unidade móvel para atendimento jurídico e compreensão da situação e rotina das pessoas atingidas, reuniões com o poder público estadual e local, visitas a locais de abrigo e em associações de pescadores de Toque Toque Grande, Maresias e Boiçucanga para compreensão das necessidades da população afetada.

Ademais, o mutirão de atendimento jurídico e assistencial realizado nas regiões da Vila Sahy, Juquehy e Boiçucanga ocorreram em parceria com a DPU, Secretarias de Assistência Social e Desenvolvimento Social, CRAS, INSS e CDHU.

Principais Resultados:

- Distribuição de donativos às famílias afetadas;
- Identificação e sistematização das demandas jurídicas e das necessidades envolvendo alimentação, saúde, higiene, moradia e transporte das pessoas afetadas pelas chuvas;
- Promoção de atendimento jurídico e assistencial in loco à população atingida direta e indiretamente pelas chuvas;
- Alinhamento de estratégias com o poder público e associações;
- Parceria interinstitucional para garantia do melhor atendimento à população;

Núcleo Especializado em Cidadania e Direitos Humanos; Núcleo Especializado em Defesa do Consumidor e Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo

Prática: Garantindo o direito ao voto nas eleições gerais 2022: a gratuidade do transporte público.

Ampliação do Acesso ao Voto

Diante de taxas de abstenção proporcionalmente maiores dentre as pessoas menos escolarizadas, da crise econômica - e consequente empobrecimento da população - e considerando a decisão proferida pelo STF na ADPF n. 1.013, no sentido de ser recomendável a oferta de transporte público gratuito no dia das eleições, o NCDH, o NUDECON e o NHABURB atuaram para assegurar o direito ao voto das pessoas vulneráveis sem o prejuízo do próprio sustento.

Nesse sentido, os núcleos expediram recomendações a Prefeituras e ao Governo do Estado de SP, tomaram medidas judiciais, como o ingresso de uma Ação Civil Pública e a habilitação em outra como *custus vulnerabilis*, e disponibilizaram os respectivos modelos e orientações a toda a carreira de modo a fomentar a replicação das medidas nas unidades para a atuação local.

Principais Resultados:

- Gratuidade do transporte público coletivo em algumas das cidades em razão de atuação proativa extrajudicial e judicial da Defensoria Pública;
- Fomento do debate sobre o transporte como um direito instrumental para o exercício da cidadania;
- Atuação coordenada e harmônica das Unidades da Defensoria Pública;
- Redução da abstenção nas eleições nas cidades em que houve o transporte gratuito;
- Possibilidade de replicação das estratégias utilizadas pelas Unidades e em futuras eleições.

NUDEM - Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres

Prática: Garantia da participação da vítima como assistente de acusação em processo que tramitou no tribunal militar, independente da manifestação do Ministério Público.

Acesso à Justiça na Perspectiva de Gênero

O NUDEM atuou em defesa de vítima de estupro praticado por policiais militares no interior de uma viatura oficial. A decisão de primeiro grau, em trâmite na justiça militar, reforçou estereótipos de gênero e exigia a demonstração exagerada de resistência às investidas sexuais para configuração de não consentimento da vítima, ainda que os fatos tivessem ocorrido em local ermo, os autores estivessem armados e houvesse vasto conjunto probatório.

Ademais, a legislação processual militar determina que a vítima somente pode arrazoar o recurso do MP, limitando o acesso à justiça. O MP não recorreu, frustrando a expectativa de justiça da vítima.

Por essa razão o NUDEM apelou da decisão absolutória e interpôs RESE, carta testemunhável e mandado de segurança alegando que a legislação processual penal militar necessita se adequar a parâmetros constitucionais e convencionais, sob o argumento de que o acesso à justiça é direito fundamental, nos termos do que dispõe o art. 5º da CF e os arts. 24 e 25 da Convenção Americana de Direitos Humanos. O TJM afastou a disposição literal do CPPM, que vedava o recurso por parte do assistente de acusação, e recebeu os recursos da vítima, tendo ao fim condenado os policiais, deixando claro nas decisões sobre a necessidade de abertura democrática do tribunal, no contexto de pós ditadura e sobre a impossibili-



dade de subsistência de decisões fundadas em estereótipos de gênero.

Principais Resultados:

- Garantia de acesso à justiça para vítimas de crimes militares;
- Possibilidade de participação de vítimas em processos que tramitam perante a justiça militar, mitigando os efeitos da competência da justiça militar no julgamento de crimes contra civis;
- Adequação da legislação processual penal militar aos parâmetros democráticos estabelecidos na constituição de 1988;
- Adequação da legislação militar aos tratados e convenções internacionais de direitos humanos;
- Reforma da decisão, garantindo-se à interessada uma decisão livre de estereótipos de gênero, na medida em que o acórdão reflete longamente sobre a emissão de consentimento em delitos sexuais.

Prática: Proibição de exigência de exames médicos invasivos para mulheres em concursos públicos.

Promoção da Isonomia em Concursos Públicos

O NUDEM foi acionado, em setembro de 2017, por diversas candidatas inscritas em concurso público para cargos no TJSP, que questionavam a obrigatoriedade de apresentação de exames de colposcopia, colpocitologia oncótica (Papanicolau) e mamografia para mulheres acima de 40 anos, uma vez que não havia previsão semelhante para candidatos homens.

Após atuação extrajudicial infrutífera, foi ajuizada ACP com a pretensão de declaração de nulidade das normativas estaduais que determinavam a realização de exames médicos específicos e desproporcionais para as concursandas inscritas em certames do Estado de São Paulo. A ação foi julgada procedente e o TJSP reconheceu a existência de ilegalidade cometida pela Administração Pública ao determinar a exigência dos referidos exames.

Diante da necessidade de ampliar esta tutela jurisdicional, foi proposta em 2022 outra ACP que foi julgada procedente para afastar a obrigatoriedade de apresentação dos referidos exames para todas as candidatas mulheres a cargos públicos em certames organizados pelo Estado de São Paulo.

Principais Resultados:

- Proibição da exigência de exames invasivos para mulheres candidatas em concursos públicos no Estado de São Paulo, garantindo, assim, os direitos das mulheres candidatas à intimidade, privacidade, dignidade, igualdade, isonomia e integridades física e psicológica;
- Publicação da Resolução SOG-14, de 21/06/2022, por meio da qual o governo do Estado de São Paulo retirou a obrigatoriedade para fins de posse e exercício em cargos efetivos do serviço público dos exames de colpocitologia oncótica e mamografia, para mulheres acima de 40 anos de idade.

OUVIDORIA ITINERANTE

5

Ouvidoria Itinerante Pop Rua

A Ouvidoria realizou no dia 16 de maio a edição temática do projeto Ouvidoria itinerante dedicada a discutir as práticas e questões relacionadas ao atendimento da Defensoria Pública à população em situação de rua.

Nesta edição do projeto, realizada em parceria com o Conselho Consultivo, o Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos, Defensoria Geral e órgãos da Administração Superior, a Ouvidoria dialogou com defensoras e defensores, servidoras e servidores envolvidos no atendimento da população em situação de rua para compreender os fluxos adotados por cada Unidade bem como os desafios para a ampliação do atendimento especializado. Mais de 15 defensores/as públicos/as e dois agentes de Defensoria participaram presencialmente do encontro ocorrido no período da manhã.



[CLIQUE AQUI E CONFIRA](#)

No período da tarde, a Ouvidoria também contou com o apoio do SEFRAS para realizar, no Chá do Padre, uma roda de conversa com a população em situação de rua e os movimentos sociais. Durante a conversa, dentre tantos temas, foram destacadas a necessidade do atendimento itinerante para aproximar a Defensoria da população de rua, a necessidade da Defensoria Pública estar articuladas com a rede de serviço social, a importância do enfrentamento à violência policial que frequentemente atinge quem está na rua e a falta de vagas para acolhimento.

Além dos defensores/as que realizam atendimento pop rua, participaram das discussões Camila Marques (Ouvidora-Geral da DPESP), Antonia Nascimento (Coordenadora da Ocupação São João e Conselheira Consultiva da Ouvidoria-Geral), Anderson Miranda (do Movimento Nacional de Luta em Defesa da População em Situação de Rua e Conselheiro Consultivo da Ouvidoria-Geral), Florivaldo Fiorentino Defensor Público de SP (Defensor Público-Geral do Estado), Rafael Pitanga (Primeiro Subdefensor-Geral), Renata Gonçalves (Defensora assistente da Primeira Subdefensoria), Maira Tasso (Defensora assistente da Segunda Subdefensoria) e Fernanda Balera e Cecília Nascimento (Coordenadora do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos).

6

Unidade Mogi das Cruzes

No dia 18, a Ouvidoria-Geral realizou a décima quinta visita do projeto Ouvidoria Itinerante na Unidade de Mogi das Cruzes. Durante a visita, a Ouvidoria conversou com usuários/as dos serviços da Defensoria e realizou rodas de conversa com integrantes da unidade e com a sociedade civil.

O projeto Ouvidoria Itinerante é desenvolvido em parceria com as Subdefensorias, Assessoria de Qualidade e Unidades da Defensoria e busca desenhar diagnósticos locais, criar conexões com as diferentes regiões do estado, bem como elaborar recomendações que visem ao aprimoramento do serviço, a Ouvidoria realiza visitas in loco que são divididas em três momentos: (i) diálogos com os/as usuários/as, (ii) interlocuções com o corpo funcional e (iii) roda de conversa com a sociedade civil organizada.

Com o objetivo de contribuir para o planejamento institucional, cada visita gerará um relatório com a síntese do diagnóstico realizado e das propostas da Ouvidoria-Geral.



[CLIQUE AQUI E CONFIRA O RELATÓRIO PARCIAL DO PROJETO OUVIDORIA ITINERANTE](#)

[CLIQUE AQUI E CONFIRA](#)

JORNADA DE MORADIA DIGNA

7

Acampamento Marielle Vive e Comunidade dos Queixadas recebem pré-jornadas da Moradia Digna na discussão de Cidades Antirracistas

Nesta 7ª edição, as Jornadas de Moradia Digna discute a importância da luta pelo direito à cidade e direito à moradia a partir da luta antirracista. Além disso, toda pré-jornada é iniciada com o atendimento jurídico itinerante à população.

No dia 6, a Defensoria Pública esteve em Cajamar na comunidade Queixadas e no dia 7 a atividade foi realizada no Acampamento Marielle Vive, em Valinhos. Na parte da tarde, foram realizadas oficinas para dialogar com a população as formas que o racismo opera nas cidades e no campo.



[CLIQUE AQUI E CONFIRA](#)

8

"Cidades Antirracistas" são discutidas e Atendimento Jurídico é garantido à População de Ribeirão Preto através da Pré-Jornada da Moradia Digna realizada por Comunidade Locomotiva

No dia 13 de maio, data que marca a Abolição da Escravatura no país após a luta e resistência da população negra e das revoltas dos quilombos, foi realizada mais uma etapa da Pré-Jornada de Moradia Digna.

A Comunidade Locomotiva, em Ribeirão Preto, recebeu pela primeira vez as Jornadas que neste ano destaca a importância da luta pelo direito à cidade e direito à moradia a partir da luta antirracista. Na parte da manhã, a Defensoria Pública esteve presente garantindo atendimento jurídico itinerante à população.



[CLIQUE AQUI E CONFIRA](#)

9

As Comunidades Vila Andrade, Estrela de Davi e Toca recebem Pré-Jornada de Moradia Digna

No sábado, dia 20 de maio, a comunidade Vila Andrade recebeu mais uma etapa da Pré-Jornada de Moradia Digna. Foram realizados atendimentos jurídicos no período da manhã e uma roda de conversa no período da tarde para discussão do tema Cidades Antirracistas.

Nos dias 27 e 28 de maio, as pré-jornadas foram realizadas na comunidade Estrela de Davi, no bairro Aricanduva, e na Toca, localizada no Parque Brasil, respectivamente. Na parte da manhã, a Defensoria Pública esteve presente garantindo atendimento jurídico itinerante à população e, no período da tarde, também foi realizada uma roda de conversa conduzida pelo Instituto de Referência Negra Peregum.



Neste ano a Jornada de Moradia Digna se propõe a ressaltar a importância da luta pelo direito à cidade e direito à moradia a partir da luta antirracista.

Vale lembrar que a cada dois anos as Jornadas de Moradia são construídas coletivamente pelos movimentos de moradia, Ouvidoria-Geral, Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo - (NHABURB) e Núcleo Especializado de Defesa da Diversidade e da Igualdade Racial (NUDDIR). Todas as etapas ocorrerão em finais de semana, e o "Dia D" será realizado no dia 17 de junho, na Câmara Municipal de São Paulo.



[CLIQUE AQUI E CONFIRA](#)

REUNIÕES E EVENTOS

10

Ouvidoria participa da apresentação do VIII Plano de Atuação e divulgação do IX Ciclo de Conferências

O auditório da sede da DPE-SP ficou lotado no dia 02 do mês para o evento de apresentação à sociedade civil do VIII Plano de Atuação e divulgação do IX Ciclo de Conferências da Defensoria Pública de São Paulo, um dos principais mecanismos de participação social da instituição, que será realizado no segundo semestre.

O Plano de Atuação da Defensoria é criado a partir das propostas aprovadas pela sociedade civil no Ciclo de Conferências, série de eventos promovidos a cada dois anos para ouvir a população sobre problemas vividos e receber propostas de como a instituição pode atuar, dentro de suas atribuições, para enfrentá-los.

"Vivemos hoje uma das etapas mais importantes desse diálogo institucional da Defensoria Pública com a sociedade civil, trazendo um panorama e contextualizando o cenário de concretude das propostas que vocês direcionaram à instituição", disse na abertura do evento o defensor público-geral, Florisvaldo Fiorentino Júnior.

Ele também falou sobre o último Ciclo de Conferências, realizado em 2021 no auge da pandemia de Covid-19, em formato virtual. "Foi um modelo excepcional mas muito produtivo, para que a Defensoria canalizasse esforços em temas muito caros à sociedade civil, como direitos humanos, moradia e população em situação de rua, entre outros."

A ouvidora-geral, Camila Marques, lembrou a discussão sobre a viabilidade de realização do último Ciclo. "Fizemos uma reflexão muito franca e transparente. E me lembro que o Conselho Consultivo da Ouvidoria, prontamente ouvido pela Defensoria, foi enfático ao dizer que sim, naquele momento era absolutamente importante que a Defensoria guiasse sua política institucional a partir da escuta dos movimentos populares", disse.

"A gente precisou se reinventar, usar ferramentas remotas, com o imperativo de se garantir a participação remota da população em cenário de exclusão digital, e assim foi feito", afirmou a ouvidora.



[CLIQUE AQUI E CONFIRA](#)

11

Ouvidoria e MAB discutem mobilização e articulação social

A Ouvidoria-Geral se reuniu com integrantes do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) para dialogar sobre os desafios e estratégias para articulação social em contexto de tragédias ambientais.



[CLIQUE AQUI E CONFIRA](#)

12

VIII Plano de Atuação e Seminário do Prêmio Justiça para Todas e Todos são pauta de reunião do Conselho Consultivo

No dia 03, aconteceu a reunião ordinária do Conselho Consultivo da Ouvidoria. Durante a reunião foram debatidas as estratégias de monitoramento pelo Conselho do VIII Plano de Atuação da Defensoria Pública de São Paulo e o seminário do Prêmio Justiça para Todas e Todos Josephina Bacariça 2023, que foi realizado no dia 25 do mês.



[CLIQUE AQUI E CONFIRA](#)

13

Ouvidoria e Padre Julio Lancellotti discutem os desafios no Acesso à Justiça da População em Situação de Rua

A Ouvidoria-Geral da Defensoria de São Paulo se reuniu com o Padre Julio Lancellotti para dialogar sobre as violações enfrentadas pela população em situação de rua, os desafios para terem seus direitos garantidos e o papel da Defensoria Pública na defesa desta população.

Na ocasião, a Ouvidora-Geral, Camila Marques, apresentou a proposta do projeto Ouvidoria Itinerante que, no dia 16 de maio, discutiu o atendimento e ações da Defensoria com relação à população em situação de rua.

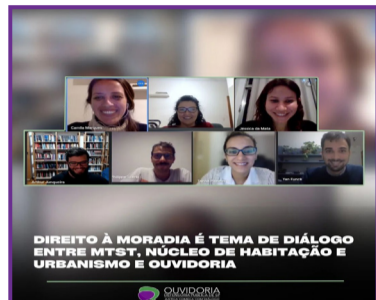


[CLIQUE AQUI E CONFIRA](#)

14

MTST, Núcleo de Habitação e Urbanismo e Ouvidoria discutem o direito à moradia

No dia 17, a Ouvidoria se reuniu com o Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo e advogados do MTST para dialogar sobre o direito à moradia e possibilidades de colaboração.



[CLIQUE AQUI E CONFIRA](#)

15

Ouvidoria debate atuação estratégica de São Sebastião com Defensora Patrícia Oliveira

A Ouvidoria esteve reunida com a defensora pública Patrícia Oliveira para dialogar sobre as ações realizadas na ocasião das chuvas em São Sebastião e pensar possibilidades de ações conjuntas em favor das pessoas atingidas.



[CLIQUE AQUI E CONFIRA](#)

16

Avanços e desafios na implementação da Política Mães em Cárcere regem a pauta do comitê de acompanhamento permanente

O Comitê de Acompanhamento Permanente da Política Mães em Cárcere, composta por entidades da sociedade civil, órgãos da Defensoria e pela Ouvidoria-Geral, realizou no dia 12 de maio a reunião para discutir os avanços e desafios na implementação da política.

Dentre os encaminhamentos para o fortalecimento da Política, o Comitê discutiu a implementações de fluxos de monitoramento dos casos tanto no que se refere as questões processuais, quanto nas relativas à saúde da mulher para as gestantes e lactantes instadas no sistema prisional.

Participaram da reunião: AFAPE, Instituto Alana, IDDD, ITTC, Comissões de Política Criminal e Penitenciária e da Infância e Juventude da OAB-SP, além da Primeira Subdefensoria, Núcleos Especializados da Infância e Juventude, de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres, e de Situação Carcerária, e a Ouvidoria-Geral.



[CLIQUE AQUI E CONFIRA](#)

DATAS COMEMORATIVAS

17

Dia Internacional de Luta Contra LGBTFOBIA

No 17 de maio foi escolhido como Dia Internacional de Luta Contra a LGBTfobia pois foi nessa data, no ano de 1990, que a homossexualidade foi retirada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) da Classificação Internacional de Doenças (CID).

A data é um marco na luta por direitos humanos, respeito à diversidade sexual e combate à violência, à discriminação e ao preconceito.

“A história do movimento LGBTQI+ tem sido uma história de resistência. Resistência contra violências físicas, psicológicas, verbais, simbólicas. Os corpos LGBTQI+ são constantemente vigiados, contestados e patologizados. A data de hoje marca a luta contra essas discriminações e opressões cotidianas e estruturais”, afirma a defensora Vanessa Alves Vieira, coordenadora do Núcleo de Defesa da Diversidade e da Igualdade Racial da Defensoria.



[CLIQUE AQUI E CONFIRA](#)

18

Dia Nacional da Defensoria Pública

A Ouvidoria-Geral da DPESP parabeniza a todas e todos os integrantes da Defensoria Pública de São Paulo e das Defensorias de todo o país!

De acordo com a Constituição Federal, a Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, é expressão e instrumento do regime democrático, devendo prestar orientação jurídica, promover direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, às pessoas em situação de vulnerabilidade social e econômica.

Celebrar o dia da Defensoria Pública é celebrar a defesa dos direitos humanos e a luta por justiça social! Valorizar a assistência jurídica pública e gratuita é também fortalecer a democracia e participação popular!



[CLIQUE AQUI E CONFIRA](#)

OUVIDORIA ITINERANTE

1

Projeto Ouvidoria Itinerante visita Unidade Jacareí

No dia 19 de junho, a Ouvidoria-Geral realizou a décima sexta visita do projeto Ouvidoria Itinerante na Unidade Jacareí, no Vale do Paraíba. Durante a visita, a Ouvidoria conversou com usuários/as dos serviços da Defensoria e realizou rodas de conversa com integrantes da unidade e com a sociedade civil.

O projeto Ouvidoria Itinerante é desenvolvido em parceria com as Subdefensorias, Assessoria de Qualidade e Unidades da Defensoria e busca desenhar diagnósticos locais, criar conexões com as diferentes regiões do estado, bem como elaborar recomendações que visem ao aprimoramento do serviço, a Ouvidoria realiza visitas in loco que são divididas em três momentos:

(i) diálogos com os/as usuários/as, (ii) interlocuções com o corpo funcional e (iii) roda de conversa com a sociedade civil organizada.

Com o objetivo de contribuir para o planejamento institucional, cada visita gerará um relatório com a síntese do diagnóstico realizado e das propostas da Ouvidoria-Geral.



[CLIQUE AQUI E CONFIRA O RELATÓRIO PARCIAL DO PROJETO OUVIDORIA ITINERANTE](#)

[CLIQUE AQUI E CONFIRA](#)

JORNADA DE MORADIA DIGNA

2

7ª Jornada de Moradia Digna por Cidades Antirracistas é realizada por Movimentos Sociais, NHABURB, NUDDIR e Ouvidoria-Geral

No dia 17 de junho, a Ouvidoria-Geral participou da 7ª Jornada da Moradia Digna, que neste ano se propôs a debater a importância da luta pelo direito à cidade e direito à moradia numa perspectiva antirracista.

O evento contou com a participação de mais de 160 pessoas engajadas na luta por moradia digna. Pela manhã a mesa de abertura contou com a participação do 1º Sub Defensor Público-Geral, Rafael Pitanga, da Ouvidoria-Geral, Camila Marques, das coordenadoras dos Núcleos Especializados em Habitação e Urbanismo e de Defesa da Diversidade e da Igualdade Racial, Taíssa Pinheiro e Vanessa Vieira, e de lideranças dos movimentos de moradia, representados na ocasião por Antônia Nascimento (FLM), Gisele (Instituto Peregum), Elaine (Banhado Resiste), Graça (Associação dos Movimentos de Moradia da Região Sudeste), Luciano (MST), Vanessa (Luta Popular Nacional) e Cebola (Ribeirão Preto), além do Vereador Manoel Del Rio e da Deputada Estadual Professora Bebel.

No período da tarde, a fim de ampliar a discussão sobre o tema Cidades Antirracistas foram realizadas oficinas que versaram sobre racismo religioso, racismo ambiental, criminalização e violência, memória e permanência, desenvolvimento para quem? e remoções e embranquecimento.

Vale lembrar que a cada dois anos as Jornadas de Moradia são construídas coletivamente pelos movimentos de moradia, Ouvidoria-Geral, Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo - (NHABURB) e Núcleo Especializado de Defesa da Diversidade e da Igualdade Racial (NUDDIR).



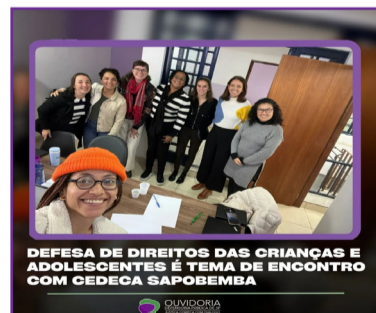
[CLIQUE AQUI E CONFIRA](#)

REUNIÕES E EVENTOS

3

Ouvidoria-Geral e CEDECA Sapopemba discutem defesa de direitos das crianças e adolescentes

A Ouvidoria visitou o CEDECA Sapopemba e se reuniu, no dia primeiro de junho, com a equipe do projeto Ciranda por Direitos para dialogar sobre os desafios para a garantia dos direitos e do acesso à justiça das crianças e adolescentes.



[CLIQUE AQUI E CONFIRA](#)

4

Atividade do Curso de Promotoras Legais Populares de Mauá conta com participação da Ouvidoria-Geral

A ouvidora, Camila Marques, participou de atividade do curso de Promotoras Legais Populares de Mauá para dialogar sobre acesso à justiça e sobre o papel da Defensoria Pública e da Ouvidoria-Geral na defesa e na luta por direitos.

O curso é coordenado por Helena Alves Pinto e acontece na Unidade Mauá da Defensoria Pública.



OUVIDORIA-GERAL PARTICIPA DE ATIVIDADE DO CURSO DE PROMOTORAS LEGAIS POPULARES DE MAUÁ

CLIQUE AQUI E CONFIRA

5

Ouvidoria-Geral dialoga com Padre Valdir João Silveira sobre os desafios para garantir o Acesso à Justiça no sistema prisional

No dia 5 de junho, a Ouvidoria-Geral esteve reunida com o conselheiro consultivo Padre Valdir João Silveira para dialogar sobre a importância do atendimento presencial da Defensoria nas unidades prisionais e sobre a importância da articulação entre entidades e órgãos responsáveis pela fiscalização de prisões para inibir violações de direitos no cárcere. Além de Padre Valdir, a reunião também contou com a participação de Willian Fernandes, que atuou como Ouvidor-Geral da Defensoria de São Paulo de 2006 a 2010 e 2018 a 2022.



DESAFIOS PARA GARANTIR ACESSO À JUSTIÇA NO SISTEMA PRISIONAL SÃO TEMAS DE DIÁLOGO COM PADRE VALDIR JOÃO SILVEIRA

CLIQUE AQUI E CONFIRA

6

Conselho Consultivo realiza diálogo sobre o papel da Defensoria no Fortalecimento do Provita e define o seu cronograma de trabalho para incidência no processo de expansão da Defensoria

O Conselho Consultivo da Ouvidoria-Geral se reuniu hoje para sua reunião ordinária para dialogar sobre o Programa Estadual de Proteção a Vítimas e Testemunhas (Provita) e o papel da Defensoria no fortalecimento de políticas de proteção, e para definir o cronograma de trabalho do Conselho Consultivo para incidência e consultas públicas envolvendo a sociedade civil organizada no processo de expansão pelo qual a Defensoria vai passar no segundo semestre deste ano.

Para dialogar sobre o Provita, o Conselho Consultivo recebeu o defensor público Glauco Mazetto que exerce a assessoria criminal na DPESP e compõe o Conselho do programa.



CONSELHO CONSULTIVO DEFINE SEU CRONOGRAMA DE TRABALHO PARA INCIDÊNCIA NO PROCESSO DE EXPANSÃO DA DEFENSORIA E DIÁLOGA SOBRE O PAPEL DA DEFENSORIA NO FORTALECIMENTO DO PROVITA

CLIQUE AQUI E CONFIRA

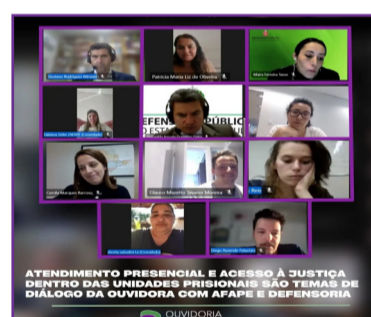
7

Ouvidoria-Geral, AFAPE e Defensoria discutem o atendimento presencial e acesso à Justiça dentro das Unidades Prisionais

A Ouvidoria-Geral e a AFAPE (Associação de Familiares, Amigos de Presos e Egressos) se reuniram ontem com o Defensor Público Geral, a Segunda e o Terceiro Subdefensores, Assessoria Criminal e com o defensor coordenador auxiliar do Núcleo Especializado de Situação Carcerária (NESC) para apresentar denúncias relacionadas a diversas unidades prisionais no estado de São Paulo.

Na ocasião, a AFAPE indicou a necessidade e urgência da Defensoria retomar dos atendimentos presenciais nas unidades prisionais. A Ouvidoria informou que está, em conjunto com o NESC e ao NEIJ, elaborando relatório a ser apresentado à Defensoria para subsidiar a discussão sobre a importância do atendimento presencial.

A Defensoria assumiu o compromisso de apresentar calendário visando o atendimento presencial nos locais indicados pelo movimento de familiares.



ATENDIMENTO PRESENCIAL E ACESSO À JUSTIÇA DENTRO DAS UNIDADES PRISIONAIS SÃO TEMAS DE DIÁLOGO DA OUVIDORA COM AFAPE E DEFENSORIA

CLIQUE AQUI E CONFIRA

8

Ouvidoria-Geral, Conselho Superior e NUDDIR discutem Ação Afirmativa para População Indígena

A Ouvidoria-Geral esteve reunida com o conselheiro superior Leonardo Nascimento de Paula e com o coordenador auxiliar do NUDDIR, Danilo Ortega, para dialogar sobre o processo em andamento junto ao Conselho Superior que trata das cotas para população indígena em concursos da Defensoria Pública.

Em abril deste ano, a Ouvidoria em parceria com o Conselho Nacional de Ouvidoria de Defensorias Públicas do Brasil realizou audiência pública para tratar do tema e coletar subsídios para a discussão travada na Defensoria Pública de São Paulo.



AÇÃO AFIRMATIVA PARA POPULAÇÃO INDÍGENA É DISCUTIDA ENTRE OUVIDORIA, CONSELHO SUPERIOR E NUDDIR

CLIQUE AQUI E CONFIRA

9

Órgãos da Defensoria, MAB e Ouvidoria-Geral discutem mobilização popular e defesa dos direitos da população atingida pelas chuvas em São Sebastião

No dia 7 de junho, a Ouvidoria se reuniu com representantes do MAB (Movimentos dos Atingidos por Barragens), com as Primeira e Terceira Subdefensorias-Gerais, com o defensor público Jairo Salvador de Souza e com os Núcleos Especializados de Cidadania e Direitos Humanos, da Diversidade e Igualdade Racial e da Infância e Juventude para discutir estratégias para fortalecimento da defesa de direitos das pessoas atingidas pelas chuvas em São Sebastião.



[CLIQUE AQUI E CONFIRA](#)

10

Ouvidoria-Geral e Conselheiro Leonardo Scofano discutem critérios para atendimento da Defensoria

A Ouvidora Camila Marques recebeu o defensor público membro do Conselho Superior, Leonardo Scofano, para dialogar sobre os critérios de atendimento da Defensoria Pública.

Na ocasião, a ouvidora apresentou as principais reflexões sobre o tema e se comprometeu a contribuir, juntamente com o Conselho Consultivo da Ouvidoria, para o aprimoramento do atendimento com vistas a garantir o acesso à justiça da população.



[CLIQUE AQUI E CONFIRA](#)

11

Ouvidoria-Geral, Conselho Consultivo, NEDIPED e APADEP discutem Educação Inclusiva

O Conselho Consultivo da Ouvidoria esteve reunido com a coordenadora do Núcleo Especializado da Pessoa Idosa e da Pessoa com Deficiência, Renata Tibyriça, com o presidente da APADEP, Rafael Gallati, e com a ouvidoria, Camila Marques para dialogar sobre os desafios da educação inclusiva e o papel da Defensoria no fortalecimento da educação infantil.

Participaram da reunião os/as conselheiros/as Carla Mauch, Lais de Figueiredo e Rogerio Sottili.



[CLIQUE AQUI E CONFIRA](#)

12

Ouvidoria-Geral e lideranças de movimentos de moradia dialogam sobre direito à moradia digna

A Ouvidoria-Geral esteve reunida, no dia 14 de junho, com lideranças do movimento de moradia para dialogar sobre estratégias de ampliação do debate sobre o tema na Defensoria Pública tendo como perspectiva a ótica dos movimentos sociais.

Estiveram presentes a conselheira Consultiva da Ouvidoria-Geral, Antônia Nascimento, e as lideranças da União do Movimento de Moradia - UMM, Benedito Barbosa, da Associação dos Movimentos de Moradia da Região Sudeste, Ailton, Graça, Fátima, e do Movimento de Moradia e Luta por Justiça, Neti e Silmara Congo.



[CLIQUE AQUI E CONFIRA](#)

13

Fortalecimento das Defensorias Públicas é discutido em diálogo entre Ouvidoria-Geral e Transparência Brasil

A Ouvidora-Geral, Camila Marques, esteve reunida com o analista sênior da Transparência Brasil, Guilherme Barbosa, para dialogar sobre o fortalecimento das Defensorias Públicas e a importância de garantia do direito à informação e transparência.



[CLIQUE AQUI E CONFIRA](#)

14

Integrante do projeto Parlamento Jovem, Robert Souza, e recebido na Ouvidoria-Geral

A Ouvidoria recebeu no dia 15 de junho o jovem Robert Souza e Sheila Souza, moradores da Ocupação São João e militantes do MS-TRU - Movimento Sem Teto Pela Reforma Urbana, para dialogar sobre as propostas que Robert tem trabalhado no âmbito do Projeto Parlamento Jovem Brasileiro.



OUVIDORIA RECEBE ROBERT SOUZA, INTEGRANTE DO PROJETO PARLAMENTO JOVEM

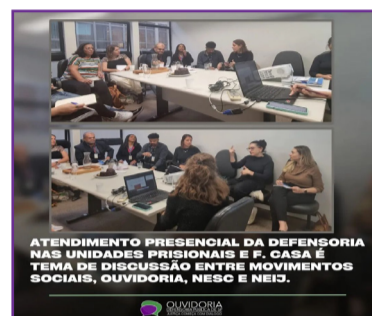
[CLIQUE AQUI E CONFIRA](#)

15

Movimentos Sociais, Ouvidoria-Geral, NESC e NEIJ discutem o atendimento presencial da Defensoria nas Unidades Prisionais e F. Casa

No dia 15 de junho, diversas entidades estiveram presentes na sede da Ouvidoria-Geral para dialogar sobre a importância da retomada do atendimento presencial da Defensoria nas unidades prisionais e da Fundação CASA.

No encontro, a Ouvidoria e os Núcleos Especializados de Situação Carcerária e Infância e Juventude apresentaram as propostas formuladas a partir das consultas aos movimentos sociais realizadas ao longo dos últimos dois meses. As propostas compõem um relatório que será lançado no início de julho com a intenção de qualificar o debate sobre a importância do atendimento criminal presencial nos estabelecimentos prisionais e nas unidades de internação.



ATENDIMENTO PRESENCIAL DA DEFENSORIA NAS UNIDADES PRISIONAIS E F. CASA É TEMA DE DISCUSSÃO ENTRE MOVIMENTOS SOCIAIS, OUVIDORIA, NESC E NEIJ.

[CLIQUE AQUI E CONFIRA](#)

16

Impactos das Chuvas de São Sebastião e articulação com a Defensoria são temas de reunião entre Movimentos Sociais, moradores da região e Ouvidoria-Geral

No dia 22 de junho, a Ouvidoria esteve reunida com moradores de São Sebastião, integrantes do Coletivo Pé de Barro e da União dos Atingidos, integrantes do MAB (Movimentos dos Atingidos por Barragem), entidades que compõem o Conselho Consultivo da Ouvidoria e com as Primeiras e Terceiras Subdefensorias para dialogar sobre proposta de trabalho que tem como objetivo o fortalecimento da mobilização social em São Sebastião e a organização das demandas da população atingida pelas chuvas.



IMPACTOS DAS CHUVAS DE SÃO SEBASTIÃO E ARTICULAÇÃO COM A DEFENSORIA SÃO TEMAS DE REUNIÃO COM MOVIMENTOS SOCIAIS E MORADORES DA REGIÃO

[CLIQUE AQUI E CONFIRA](#)

17

Ouvidoria-Geral e AFAPE debatem defesa de direitos das pessoas presas e acesso à justiça

A Ouvidoria-Geral recebeu no dia 26 as militantes de direitos humanos Elenita Sabadin e Fabiana Soler, da AFAPE (Associação de Familiares e Amigos de Presos e Egressos), para dialogar sobre as violações de direitos dentro do cárcere e a importância da atuação da Defensoria dentro das prisões.



DEFESA DE DIREITOS DAS PESSOAS PRESAS E ACESSO À JUSTIÇA SÃO DEBATIDOS COM AFAPE

[CLIQUE AQUI E CONFIRA](#)

18

Ouvidoria-Geral, EDEPE, Núcleo de Habitação e MST discutem formação sobre direito à terra

No dia 27, a Ouvidoria-Geral esteve reunida com o Núcleo de Habitação e Urbanismo (NHABURB), a Escola da Defensoria Pública (EDEPE), a Ouvidoria-Geral da DPESP e o Movimento Sem Terra (MST) para dialogar e construir conjuntamente uma proposta de formação sobre direito à terra e regularização fundiária que forneça subsídios para atuação nessa temática



FORMAÇÃO SOBRE DIREITO À TERRA É TEMA DE REUNIÃO ENTRE A OUVIDORIA, EDEPE, NÚCLEO DE HABITAÇÃO E MST

[CLIQUE AQUI E CONFIRA](#)

19

Política de atendimento às vítimas de violência estatal são discutidas em reunião entre a Ouvidoria-Geral, Conselho Consultivo e Defensor Público Raphael Camarão

O Conselho Consultivo da Ouvidoria e diversos movimentos sociais estiveram reunidos com o defensor público e membro do Conselho Superior da instituição, Raphael Camarão, para dialogar sobre a proposta de política de atendimento a vítima de violência letal em trâmite no órgão colegiado.

Na ocasião, a relatora do tema no Conselho Consultivo, Carolina Ricardo, diretora do Instituto Sou da Paz, compartilhou as reflexões do coletivo e as organizações da sociedade civil também apresentaram suas preocupações e reforçaram a importância da implementação da política, destacando a necessidade de territorialização da atuação.

Também participaram da reunião os/as conselheiros/as consultivos/as Anderson Miranda, Maria Tereza Sadek e Lucila Pisani, além de representantes da AFAPE, AMPARAR, CDHEP, Centro de Direitos Humanos do Sapopemba, Conectas Direitos Humanos, Movimento Mães de Maio, IDDD, ITTC, Rede de Proteção e Resistência contra o Genocídio.



[CLIQUE AQUI E CONFIRA](#)

20

Aprimoramento do Atendimento às mulheres presas e jovens internadas é pauta entre o Comitê de Acompanhamento da Política Mães em Cárcere

No dia 29 foi realizada a 8ª reunião do Comitê de Acompanhamento da Política Mães em Cárcere - Convive. O comitê é composto por entidades da sociedade civil, órgãos da Defensoria e pela Ouvidoria-Geral e se reúne regularmente para discutir avanços e desafios da Política Mães em Cárcere.

Dentre os principais temas abordados na reunião, discutiu-se a importância de um olhar específico para as mulheres migrantes, além da necessidade de desenvolver estratégias para garantir informação às mulheres atendidas pelo Convive. Foi anunciada a realização de uma audiência pública sobre a política no mês de agosto.

Participaram da reunião: AFAPE, IDDD, ITTC, Instituto Pro Bono, além da Primeira Subdefensoria, Núcleos Especializados da Infância e Juventude, de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres, e de Situação Carcerária, e a Ouvidoria-Geral



[CLIQUE AQUI E CONFIRA](#)

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

21

Audiência Pública sobre as violações de direitos da população em situação de rua de São Bernardo do Campo conta com participação da Ouvidoria-Geral

No dia 28 de junho, a Ouvidoria-Geral, Camila Marques, participou de audiência pública para tratar das violações de direitos da população em situação de rua de São Bernardo do Campo. A audiência pública foi co-organizada pelo Movimento Nacional da População em Situação de Rua do ABC e contou com a participação da unidade de São Bernardo do Campo da Defensoria Pública, o Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos e do conselheiro consultivo da Ouvidoria, Anderson Miranda, que integra do Movimento Nacional de Luta em Defesa da População em Situação de Rua (MNLDPSSR).



[CLIQUE AQUI E CONFIRA](#)

SUGESTÕES CULTURAIS

22

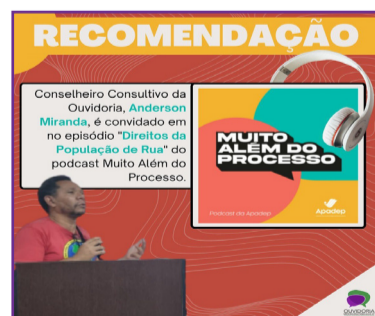
Muito Além do Processo

Conheça o Muito Além do Processo, podcast produzido pela APA-DEP que discute o acesso à justiça e garantia de direitos individuais e coletivos.

O podcast já possui dois episódios. O primeiro discute o caso Pinheirinho, que se tornou símbolo da luta por moradia e impactou na modificação das práticas de desocupação e reintegração de posse. O episódio conta com a presença do Defensor Público Jairo Salvador de Souza e Carlos "Tim Maia" Junior, ex-morador do Pinheirinho.

O segundo episódio discute a violência contra a mulher e a importância de Casas-Abrigo. Esse episódio contou com a presença das Defensoras Giovana Devito e Thais Mota.

No terceiro episódio as Defensoras Públicas Fernanda Balera e Luiza Veloso discutem com Anderson Miranda, Conselheiro Consultivo da Ouvidoria e líder do Movimento Nacional de Defesa dos Direitos da População de Rua, sobre os direitos e a situação em que vivem as pessoas pop rua.



[CLIQUE AQUI E CONFIRA NO SPOTIFY](#)

[CLIQUE AQUI E CONFIRA NO DEEZER](#)

ESTATÍSTICAS

CLASSIFICAÇÃO DOS ATENDIMENTOS

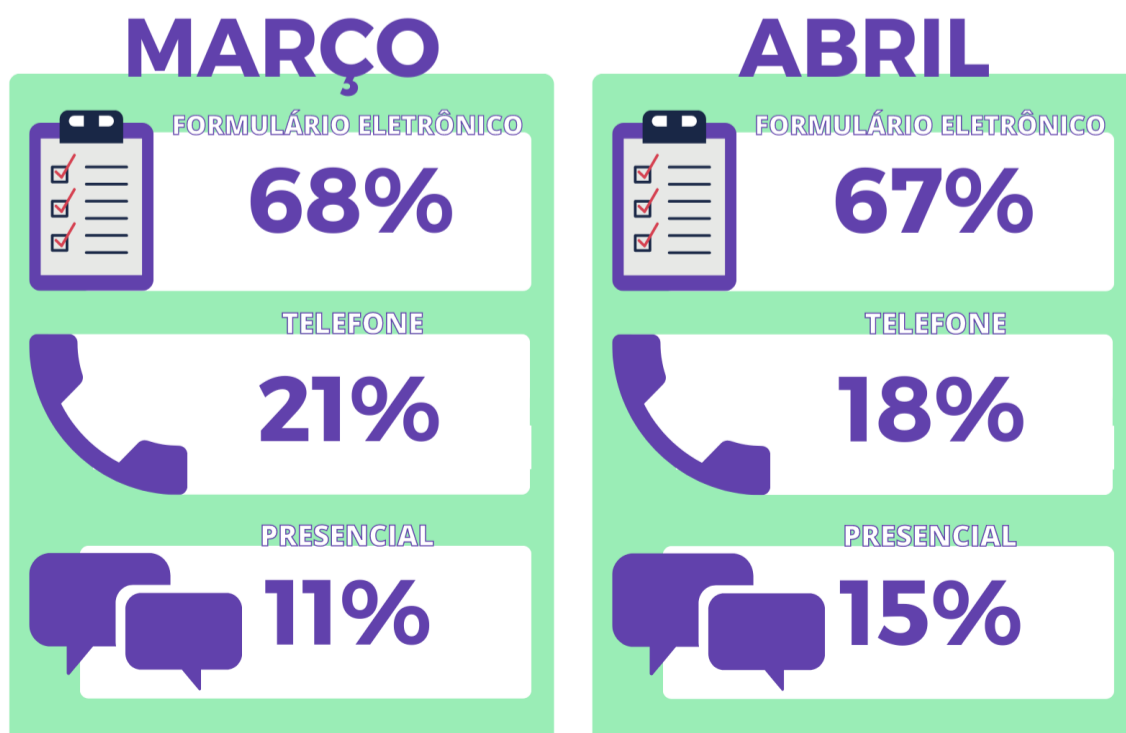
Nos meses de março, abril, maio e junho de 2023, a Ouvidoria realizou 3.607 atendimentos. Deste universo, 26% diziam respeito a reclamações, elogios ou sugestões sobre os serviços da Defensoria. Todos os atendimentos foram acolhidos, registrados, analisados e respondidos com as informações solicitadas. Os resultados mensais em números absolutos estão ilustrados na Tabela 1.

Tabela 1. Total de atendimentos e de manifestações, em números absolutos.

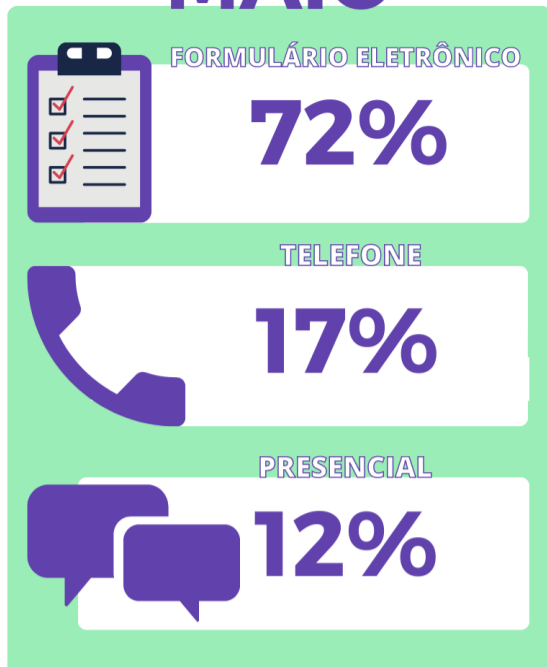


Nos dois segmentos, o formulário eletrônico foi o canal de contato mais utilizado pelo público externo, seguido pelo telefone e logo depois pelo presencial. Para fins de comparação, a segunda tabela exhibe a distribuição mensal dos atendimentos nas três portas de entrada mais acessadas para o registro de manifestações, enquanto a terceira tabela apresenta a classificação das manifestações processadas.

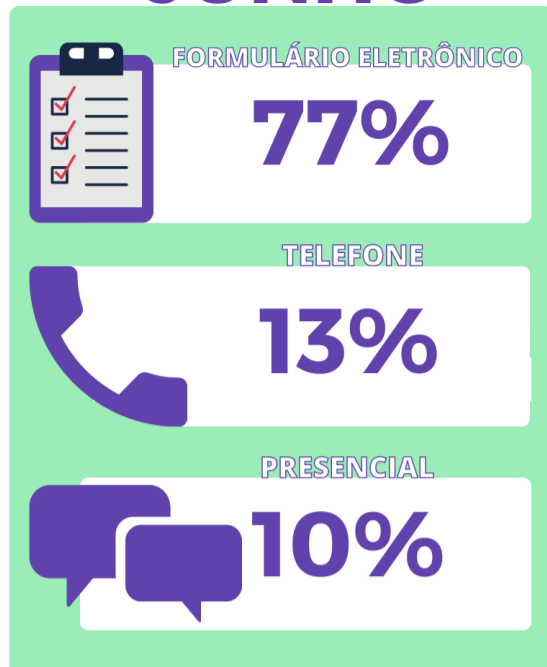
Tabela 2. Percentual de atendimentos por portas de entrada (em %).



MAIO



JUNHO



ASSUNTOS DAS MANIFESTAÇÕES

Somando todas as portas de entrada, 97% das manifestações foram classificadas como reclamações dos serviços da Defensoria Pública, frente a 3% elogios. O principal motivo do contato com a Ouvidoria esteve relacionado a insatisfação dos/as usuários/as com a condução do atendimento, totalizando 37% dos casos. Na sequência, aproximadamente 22% dos casos apontaram obstáculos envolvendo as ferramentas de atendimento telefônico ou virtual (DEFI), enquanto 14% indicaram dificuldades de acessar informações sobre o atendimento prestado por Defensores/as, Entidades e Advogados/as Conveniados/as. Os percentuais indicados na próxima tabela destacam os assuntos mais recorrentes no período analisado.

Tabela 3. Tipologia dos assuntos mais recorrentes, segundo a percepção do público externo (em %).

	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
Estou insatisfeito/a com o meu atendimento	45%	33%	37%	33%
Dificuldade no meu atendimento telefônico ou virtual	16%	19%	27%	27%
Preciso de informações sobre o meu atendimento	11%	14%	13%	16%
A data do agendamento/atendimento ficou distante	10%	12%	9%	7%
Meu atendimento foi negado	5%	7%	3%	6%

PERFIL DO PÚBLICO

Quanto ao delineamento dos perfis, o percentual de mulheres cis manteve-se superior ao de homens cis nas três portas de entrada mais usadas pelo público, ultrapassando a metade nos atendimentos por formulário eletrônico (63%) e telefônico (54%). Pessoas autodeclaradas pardas e pretas somaram 39% no acolhimento presencial e 33% no telefônico, frente a 30% e 28% de pessoas autodeclaradas brancas, nesta ordem. Por outro lado, a opção pela nomenclatura branca correspondeu a 48% dos registros por formulário eletrônico. O índice de abstenção permaneceu elevado nos atendimentos presencial e telefônico, tanto no quesito gênero quanto no quesito cor/raça ou etnia, sugerindo uma maior predisposição do público a oferecer respostas espontâneas por formulário sem a mediação de terceiros.

Tabela 4. Perfil de gênero por portas de entrada (em %).

	FORMULÁRIO	PRESENCIAL	TELEFONE
Mulheres CIS (feminino)	63%	43%	54%
Homens CIS (masculino)	32%	38%	31%
Mulher transgênero	1%	--	--
Travesti	0,1%	--	--
Homem transgênero	--	--	--
Gênero fluido	0,1%	--	--
Não-binário	--	--	--
Outros	4%	19%	14%

Tabela . Perfil de cor/raça ou etnia por portas de entrada (em %).

	FORMULÁRIO	PRESENCIAL	TELEFONE
Branco/a	48%	30%	28%
Pardo/a	35%	19%	23%
Preto/a	12%	20%	10%
Amarelo/a	1%	1%	1%
Indígena	--	--	--
Outros	3%	29%	38%

EXPEDIENTE DA OUVIDORIA

OUVIDORA-GERAL	Camila Marques
ASSESSOR TÉCNICO	Adriano Alves dos Reis Santos
ASSISTENTE TÉCNICA II	Amanda Hildebrand Oi
ASSISTENTE TÉCNICA I	Hilem Oliveira
ASSISTENTE TÉCNICA I	Paloma Casanovas
AGENTE DE DEFENSORIA	Priscila Rodrigues
OFICIALA DE DEFENSORIA	Andrea Pires Pacheco
OFICIALA DE DEFENSORIA	Leticia Macedo
OFICIALA DE DEFENSORIA	Maria Cristina Salerno
OFICIALA DE DEFENSORIA	Renata Cestelli
OFICIAL DE DEFENSORIA	Renato Cristiam Goldoni Domingos
ESTAGIÁRIA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS	Aline de Santana Ribeiro
ESTAGIÁRIA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO	Alessandra De Angelis Barros
ESTAGIÁRIO DE COMUNICAÇÃO	Lucas Amâncio do Nascimento
ESTAGIÁRIO DE COMUNICAÇÃO	João Vitor de Oliveira dos Santos
ESTAGIÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO	Karen Pereira
ESTAGIÁRIA DE ENSINO MÉDIO	Ludimila Souza de Oliveira
ESTAGIÁRIA DE ENSINO MÉDIO	Júlia Ribas
ESTAGIÁRIO DE ENSINO MÉDIO	Marco Antônio Moraes Santos

BOLETIM DA OUVIDORIA

TEXTOS	Equipe da Ouvidoria
CONCEITO	João Vitor de Oliveira dos Santos
DIAGRAMAÇÃO	João Vitor de Oliveira dos Santos Lucas Amâncio do Nascimento e-mail: ouvidoria@defensoria.sp.def.br

[Facebook](#)

[Instagram](#)

[Twitter](#)

O Boletim da Ouvidoria é uma publicação mensal com os principais destaques sobre a atuação da Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

